



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0006221-91.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal**
 Documento de Origem: **IP, BO - 266/2016 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 352/2016 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **FABIO DONIZETTI PEREIRA DE SOUZA**
 Vítima: **CELIA MARIA BORGES DE SOUZA**

Aos 08 de maio de 2017, às 14:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). CARLOS EDUARDO MONTES NETTO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Ausente o réu FABIO DONIZETTI PEREIRA DE SOUZA. Presente o seu defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, **sendo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual. Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da testemunha de defesa Rosi Castorina dos Santos Borges, o que foi homologado pelo MM. Juiz. **Pelo MM. Juiz foi dito:** "Decreto a revelia do réu". Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a Drª PROMOTORA:** "MM. Juiz: FÁBIO DONIZETE PEREIRA DE SOUZA, qualificado a fl.16/17, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, do CP e artigo 147, c.c. artigo 61, II, alínea "f", todos do CP, porque em 09.04.16, no período da tarde, na Rua Constante Mangini, 278, Cidade Aracy, nesta cidade e Comarca, prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de sua companheira Célia Maria Borges de Souza, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve. **A ação é improcedente por insuficiência de provas**. A vítima ouvida na presente audiência não confirmou o relato prestado na polícia e disse que não tinha certeza se o réu tinha ou não arma de fogo, não chegando o corrêu a ameaça-la. Quanto a lesão, disse que foi a mesma que iniciou a discussão e chegou a desferir um tapa no rosto do réu, iniciando um entrevero entre as partes. O réu apesar de revel, também negou os fatos quando ouvido na polícia (fls.20). A vítima também disse que o que ocorreu foi um fato isolado na vida do casal e que não tem nenhum interesse na continuidade. Assim, por insuficiência de provas requeiro a absolvição. **Dada a palavra a DEFESA:** "MM. Juiz: em comum com o Ministério Público, pela absolvição do réu por insuficiência de provas, observada


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** “FÁBIO DONIZETE PEREIRA DE SOUZA, qualificado a fl.16/17, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, do CP e artigo 147, c.c. artigo 61, II, alínea “f”, todos do CP, porque em 09.04.16, no período da tarde, na Rua Constante Mangini, 278, Cidade Aracy, nesta cidade e Comarca, prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de sua companheira Célia Maria Borges de Souza, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve. Recebida a denúncia (fls.23), foi o réu citado (fls.43), defesa preliminar apresentada (fls.47/54), sem absolvição sumária (fls.55). Nesta audiência foi ouvida a vítima, sendo decretada a revelia do réu. Houve a desistência da inquirição da testemunha Rosi Castorina dos Santos Borges. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição por falta de provas. **É o relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público “a vítima ouvida na presente audiência não confirmou o relato prestado na polícia e disse que não tinha certeza se o réu tinha ou não arma de fogo, não chegando o corréu a ameaça-la. Quanto a lesão, disse que foi a mesma que iniciou a discussão e chegou a desferir um tapa no rosto do réu, iniciando um entrevero entre as partes. O réu apesar de revel, também negou os fatos quando ouvido na polícia (fls.20). A vítima também disse que o que ocorreu foi um fato isolado na vida do casal e que não tem nenhum interesse na continuidade”. De fato, como bem observado pelo Ministério Público, não existem provas seguras sobre a dinâmica em que os fatos ocorreram, não sendo suficiente para a condenação as provas colhidas extrajudicialmente, nos termos do artigo 155 do CPP, tendo o depoimento da vítima em juízo sido vago e inconclusivo. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** FÁBIO DONIZETE PEREIRA DE SOUZA com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público: